



Ladeando Sérgio Buarque e Dalmo Dallari,
Rangel Pestana, Castro Bigi da OAB,
José Carlos Gregori da Comissão Justiça e Paz.



... vamos
tentando ir
vivendo sem
embargo dos
casuismos,
sequestros,
desaparecimentos,
e finalmente
as bombas
protegidas
pelo silêncio"

SÉRGIO BUARQUE
DE HOLLANDA:

Tenho medo do que o futuro ainda reserva para este país

Há pouco menos de um ano ou, para mais precisão, no dia 16 de julho de 1980, compareci aqui a uma reunião semelhante à de hoje, com o fim de receber o troféu que anualmente, desde 1962, vem outorgando a União Brasileira de Escritores, em cooperação com a *Folha de S. Paulo*. Recebi-a, ainda que por via indireta, das mãos de Heráclito da Fontoura Sobral Pinto, meu amigo de longa data e, de longa data um lidador intemorato de todas as causas justas. Ocorreu-me, no meio das palavras que então proferi, esboçar um confronto entre o clima de opinião dominante no país quando da realização, em 1945, do 1º Congresso de Escritores, com sua Declaração de Princípios que a U.B.E. fez suas, e estes dias em que vivemos. Não faltou quem estranhasse a comparação, e entre outros quero lembrar especialmente, porque parte de pessoa a quem muito prezo, o nosso ilustre confrade Eduardo Maffei, para o qual — são palavras dele — eu teria laborado num equívoco ao ousar tal comparação, pois em 1945, a mais forte coligação reacionária — o eixo Roma-Berlim-Tóquio —, havia sido destruída pelas Nações Unidas e seus partidários no mundo inteiro, teriam entrado em hibernação. Hibernação só interrompida por algumas manifestações autoritárias ou pelo asilo concedido a criminosos de guerra entre os primos pobres do autoritarismo militarista, onde seus atos seriam de escasso ou nenhum efeito.

Confesso de minha parte que, por uma espécie de saudosismo afetivo,

tentei aquela assimilação entre duas épocas díspares. Ou talvez por alguma ponta de vaidade pessoal, da qual nem sempre me julgo imunizado. Recordo-me bem, como no dia em que nos despedimos, aqui em São Paulo, porque tive de apressar minha volta ao Rio, Astrogildo Pereira, meu amigo saudoso, durante algum tempo companheiro quase cotidiano, anunciou-me sem ar de segredo, que eu me fosse preparando para concorrer logo à presidência da Associação Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro. Incrédulo, porque havia dado pouco de mim naquele congresso tão admiravelmente presidido por Anibal Machado, Sérgio Milliet e Dionélio Machado, e sobretudo por temor das responsabilidades, minha recusa terminante a princípio e, depois o silêncio em que me meti, para evitar que o assunto voltasse à baila, não pareceram convincentes. O caso é que em fevereiro — o

congresso realizou-se por volta de 25 de janeiro —, me achei, a meu pesar, ocupando um lugar que, antes de mim, e com tamanho garbo, haviam ocupado sucessivamente Manuel Bandeira, Otávio Tarquínio de Souza e Anibal Machado. Nem havia como insistir em recusar, mesmo porque uma recusa naquele momento em que nos víamos ameaçados de todos os lados, seria um modo de ceder aos arreganhos da ditadura. Outros afazeres iriam forçar-me, é certo, a não cumprir todo o mandato, porque me vi novamente chamado a São Paulo, dessa vez em caráter definitivo. Deixei, porém, a seção carioca depois de desmornada a ditadura estadonovista, já com sede própria e entregue a boas mãos, como as de Hermes Lima, Osório Borba e Eneida de Moraes. Posteriormente, e por duas vezes, me caberia também ser eleito para presidir a seção paulista.

Ao evocar no ano passado alguns desses sucessos, tive plena consciência como historiador, que este é afinal meu ofício, das diferenças que separam o Estado Novo nascido em 1937 e que em 1945 entrou, senão em colapso, em hibernação, deste outro, o de 1964, sob o qual vamos tentando ir vivendo, sem embargo das intermitentes “aber-

turas”, que os mil casuísmos, os seqüestros atroz, os desaparecimentos inexplicados ou sem explicação plausível e finalmente, mas *not least*, as bombas que costumam estourar, protegidas por uma cortina de silêncio que, sob pena de morte, é proibido querer devassar. Sei muito bem que o passado não se repete ou, conforme a frase já clássica, se repete sob a forma de farsa. Assim sendo, pode dizer-se da ditadura que entre nós principiou em 1964 e aguçou-se em 1968, revive sob a forma de tragicomédia a que nos oprimiu entre 1937 e 1945. Referi-me há pouco ao grande intelectual que foi Astrogildo Pereira. Dele são estas palavras que ainda me parecem oportunas: “... a Declaração de Princípios do 1º Congresso foi tomada como um ponto de partida, não como um ponto de chegada. Recorde-se como o 1º Congresso, naquele alvorecer de 1945, contribuiu para a reconquista pelo povo brasileiro, das liberdades democráticas mais elementares. Eram dias de grande vibração popular, e a grande assembléia dos escritores, reunida em São Paulo, transcorrerá toda ela sob o signo da democracia. A Declaração de Princípios, que os congressistas aprovaram então por unanimidade, e com extraordinário entusiasmo, deixou consignada em sua concisa formulação, o sentido político antifascista, democrático, dominante no pensamento da intelectualidade brasileira”.

Em outro escrito, saído, este, em edição limitada e fora do comércio, porque a carência de recursos não deixou imprimirem-se mais de 180 exemplares, o mesmo Astrogildo, referindo-se ao fascismo, porque na época era a palavra em moda — mas outro tanto poderia dizer das outras formas de

banditismo reacionário, pôde dizer: “Pão, terra, liberdade. É isto o que o fascismo não dará, não poderá dar jamais. Porque o fascismo significa precisamente, não a solução da crise, mas a sua agravação; não a libertação das massas, mas a sua maior escravização; não a independência do país, mas a sua redobrada sujeição ao capitalismo financeiro internacional...”

Como chegar então a boa solução? Não sei, e nem disponho de dotes tau-matúrgicos que me permitam descobrir uma receita ideal. Não sei, repito, e confesso, sem vergonha, que tenho medo do que o futuro ainda reserva para este país. Falta-me uma virtude que Deus não me deu, falta-me a fé, que ajuda a suportar de bom ânimo as misérias do mundo e que foi reservada de sobra a quem me precedeu e a quem hoje me sucede. De Sobral Pinto que já conta mais de 80 anos de vida bem vivida, lutador inquebrantável em prol das vítimas das tiranias mais atroz, mesmo quando pessoalmente esteja longe de partilhar de suas convicções pessoais, já sabemos o suficiente para repetir a longa história de seu combate tantas vezes desigual contra o poder despótico e selvagem. Quanto a Dalmo de Abreu Dallari, que não completou ainda seus 50 anos de idade, além do alto saber que acumulou e que rapidamente projetou seu nome nos meios universitários do Brasil e do estrangeiro, está ainda na memória de todos o que foi sua atuação na presidência da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, de onde enfrentou sobranceiro, os desafios que nunca lhe faltaram em um dos períodos mais tenebrosos de toda a história brasileira. Que seu exemplo de abnegação, de retidão, de espírito de sacrifício, de solicitude constante se imponha a todos nós, escritores do Brasil de hoje e de amanhã. Posso dizer que, de minha parte, é uma esperança. Talvez possa ela compensar as palavras pessimistas que vos disse ainda há pouco um homem de pouca fé.